



Parques & Sociedade

Nº11 | 2021 | EIXO: Desenvolvimento Econômico

O cenário atual e pós-Covid-19 como oportunidade para a ressignificação das áreas verdes urbanas



Parques&Sociedade é uma série de conteúdo que visa compartilhar informações relevantes e boas práticas relacionadas aos parques urbanos e naturais, além de outras áreas verdes, para que as pessoas conheçam os seus benefícios. A cada edição você terá acesso a um estudo que ilustra a relevância desses locais sob diferentes aspectos, sejam eles econômicos, sociais, ambientais ou culturais.

Esperamos que você aproveite a leitura e compartilhe!

ARTIGO

O acesso à natureza no cenário mundial pós- Covid-19: oportunidades para o financiamento de infraestrutura verde, distribuição e equidade no planejamento urbano.

TÍTULO ORIGINAL EM INGLÊS

Access to Nature in a Post Covid-19 World: Opportunities for Green Infrastructure Financing, Distribution and Equitability in Urban Planning.

PUBLICADO EM

International Journal of Environmental Research and Public Health. Vol. 18. Fevereiro de 2021.

[ACESSE O ARTIGO ORIGINAL](#)

POR QUE O SEMEIA ESCOLHEU ESTE ARTIGO?

Os espaços verdes urbanos, tais como parques, praças e jardins, formam o que especialistas em planejamento urbano chamam de **infraestrutura verde**. Esse conjunto fornece uma série de benefícios à população, já amplamente sabidos e discutidos: promovem interações sociais, conservam a natureza e ajudam também a minimizar algumas consequências advindas das mudanças climáticas, uma vez que atenuam os impactos das enchentes, do aumento da temperatura, e melhoram a qualidade do ar nas cidades.

Diante dessas funções e da importância desses espaços, o artigo escolhido para esta edição de **Parques&Sociedade** reflete sobre o contexto da pandemia de Covid-19 como um momento oportuno para que as áreas verdes façam parte das tomadas de decisões relacionadas ao planejamento e à gestão dos centros urbanos. Esperamos que esse conjunto de estruturas passe a ser considerado como essencial à qualidade de vida e bem-estar da sociedade, e não como opcional.



Introdução

O cenário global da pandemia ampliou o espaço para a reflexão de como a natureza tem sido inserida nas discussões sobre gestão e desenvolvimento urbano. Assim, é relevante pensar no conceito de **infraestrutura verde**, definida como um sistema de suporte baseado em aspectos da natureza, interconectado por rios e lagos, pântanos, bosques, habitat de vida selvagem, parques, florestas, praças e outros espaços abertos que mantêm processos ecológicos e seus resultados, como, por exemplo, o fornecimento de recursos hídricos.

Em outras palavras, poderíamos dizer que se refere aos espaços verdes e azuis presentes nas áreas urbanas. Na literatura acadêmica, diversos estudos e pesquisas têm sido realizados para qualificar e caracterizar a infraestrutura verde. São exemplos desta estrutura: ruas arborizadas, parques, jardins, parquinhos e áreas de playground, ciclovias verdes, cinturões urbanos para agricultura, muros e telhados verdes, entre outros espaços. Trata-se de locais que se conectam entre si, seja de forma pontual ou por meio da criação de corredores ou redes.

Além disso, essa infraestrutura verde está associada a diversos benefícios, tais como a criação de habitat para diferentes espécies de plantas e animais, a mitigação de efeitos oriundos das mudanças climáticas, o desenvolvimento de atividades econômicas, o suporte às interações sociais, e o provimento de melhores condições de saúde e bem-estar coletivo e individual.

O artigo escolhido para esta edição de **Parques&Sociedade** tem por objetivo refletir sobre como o contexto da pandemia pode ser uma oportunidade para que as áreas verdes sejam percebidas com maior importância na agenda urbana. Isso é feito por meio de ponderações a respeito de questões como a relevância, as formas de financiamento, o acesso e a distribuição desses locais nos centros urbanos. Para isso, os pesquisadores analisaram exemplos de políticas, práticas e financiamentos que têm ocorrido no Reino Unido, pontuando que muitas questões observadas se aplicam a outras partes do mundo também.

Ao final, como resultados do artigo, os pesquisadores reúnem cinco orientações para ajudar os tomadores de decisão a garantir que a saúde e o bem-estar sejam usados para orientar o desenvolvimento urbano e a promoção de saúde pública no cenário atual e pós-pandemia.



Como os resultados foram obtidos?

O artigo abordado nesta edição de *Parques&Sociedade* tem como foco uma análise e reflexão sobre o cenário atual da pandemia como momento oportuno para a discussão sobre o papel da infraestrutura verde urbana na qualidade de vida das pessoas. Dessa forma, os autores abordaram os seguintes tópicos, baseados em elementos e evidências de trabalhos e levantamentos já realizados, ilustrados com exemplos do que tem ocorrido no Reino Unido desde o início da pandemia, em 2020:

- I. *A importância da infraestrutura verde no cenário de Covid-19*
- II. *O financiamento da infraestrutura verde*
- III. *O acesso às áreas de infraestrutura verde*
- IV. *A distribuição das áreas verdes nos centros urbanos*

A seguir, detalharemos um pouco mais cada um desses tópicos.

I. O VALOR DA INFRAESTRUTURA VERDE NO CENÁRIO DE COVID-19

O valor associado aos espaços verdes urbanos varia conforme a localização geográfica e atribuição dada à natureza. Para alguns tomadores de decisão, essa estrutura está vinculada à agenda de saúde pública e bem-estar, ao passo que, para outros, tem relação com o manejo de águas pluviais, ou, ainda, com parte das respostas que podem endereçar as mudanças climáticas.

Os impactos advindos da Covid-19 trouxeram à tona uma tendência já observada há um tempo por pesquisadores de vários lugares do mundo, que corresponde à adoção da infraestrutura verde como uma boa prática nas cidades. Nesse sentido, algumas iniciativas¹ que levam em consideração o emprego de soluções baseadas

¹ Dentre essas iniciativas, podemos citar o Projeto Green Surge, que ocorreu no âmbito da União Europeia, realizado entre 2013 e 2017, com a participação de 11 países, para fomentar, adaptar e implementar infraestrutura verde urbana. Mais informações disponíveis em: <https://ign.ku.dk/english/green-surge/>. Outro projeto é o Horizon 2020 Nature-Based Solutions (NBS), ainda em andamento na Comissão da União Europeia e cujo objetivo é financiar projetos e iniciativas focados em resiliência urbana. Mais informações estão disponíveis em: https://ec.europa.eu/info/research-and-innovation/research-area/environment/nature-based-solutions_en



na natureza² (em inglês, *Nature Based Solutions*) têm sido notadas, por exemplo, em alguns países da Europa.

No Reino Unido, a *Public Health England*³, agência executiva do Departamento de Saúde e Assistência Social que tem como objetivo apoiar o governo com conhecimento, inteligência e evidências científicas na tomada de decisão, tem argumentado que a infraestrutura verde é crucial para dar respostas à pandemia e à melhoria da saúde pública, conforme levantamento realizado pela organização em 2020⁴:

- I. *Estima-se que uma economia de £2,1 bilhões por ano poderia ser feita em gastos da saúde se todos na Inglaterra tivessem acesso a um espaço verde de alta qualidade;*
- II. *Na cidade de Sheffield, para cada £1 gasto na manutenção de parques, há uma economia de £34 em custos com saúde, sendo os residentes locais os principais beneficiários;*
- III. *Na Inglaterra e no País de Gales, residências localizadas a até 100 metros de uma área verde pública são, em média, £2500 mais caras do que se estivessem a mais de 500 metros de distância, sugerindo que estar próximo a um espaço verde adiciona valor a um imóvel na ordem de 1,1% (dado de 2016).*

Como consequência da pandemia e influenciado pelas evidências listadas acima, houve aumento na solicitação de governos locais por liberação de financiamento adicional, por parte do governo central do Reino Unido, para investimentos em infraestrutura verde. Esse movimento de observar e dar importância à infraestrutura verde urbana também foi observado nos Estados Unidos, Japão, Austrália e em outros países da União Europeia, e está em linha com a ideia de que espaços verdes urbanos devem ser considerados “**infraestrutura essencial**”, e não opcional, como já amplamente apontado por especialistas e pesquisadores de planejamento urbano.

² Segundo a União Internacional para Conservação da Natureza (em inglês, IUCN), soluções baseadas na natureza são definidas como: “ações para proteger, gerenciar de forma sustentável e restaurar ecossistemas naturais ou modificados que abordam os desafios sociais de forma eficaz e adaptativa, fornecendo simultaneamente benefícios ao bem-estar humano e à biodiversidade”.

³ Em inglês, *Public Health England*: <https://www.gov.uk/government/organisations/public-health-england>.

⁴ Disponível em: <https://beyondgreenspace.net/2020/07/29/improving-access-to-greenspace-a-new-review-for-2020/>.



II. O FINANCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA VERDE

A respeito dos recursos destinados às áreas verdes urbanas, no Reino Unido, desde 2010, têm ocorrido cortes no orçamento destinado à criação, gestão e manutenção desses espaços. Contudo, tendo em vista o contexto da Covid-19, o governo passou a discutir e estudar maneiras de melhor financiar essas áreas.

Os formatos de financiamento adotados pelas autoridades locais do Reino Unido foram categorizados no artigo em três grandes grupos, utilizando, para isso, uma classificação semaforica de acordo com a sustentabilidade do financiamento, conforme apresentado no Quadro 1 (abaixo).

QUADRO 1. Financiamento de infraestrutura verde no Reino Unido conforme sua sustentabilidade

Tipos de infraestrutura verde	Escala de espaço	Financiador/investidor	Sustentabilidade do formato de financiamento
Parques e jardins públicos, corredores de rios/lagos	Cidade, bairro, local	Governo local e nacional, patrocínio privado, filantropia, receitas de impostos/tributos comerciais, grupos comunitários, fundos e subsídios da União Europeia para meio ambiente, incorporadoras de imóveis	Espaços verdes que sofrem com a não permanência dos investimentos
Ruas arborizadas, playgrounds/parquinhos, áreas esportivas, florestas, canteiros de ruas e avenidas	Local, ruas, bairro, cidade	Governo local e nacional, patrocínio privado, filantropia/fundos de caridade, receitas de impostos/tributos comerciais, grupos comunitários, fundos e subsídios da União Europeia para meio ambiente, organizações comerciais, incorporadoras de imóveis	Áreas que contam com algumas fontes sustentáveis de recursos



Parques público-privados, muros/paredes/telhados verdes, praças públicas	Local, bairro	Organizações privadas, incorporadoras de imóveis, governo local, organizações ambientais governamentais e não governamentais, grupos comunitários	Infraestruturas verdes que contam com fontes constantes de financiamento
--	---------------	---	--

Como se pode ver, há escassez de investimento para infraestruturas verdes maiores, por exemplo, na escala de cidades. Por outro lado, como demonstrado, nos espaços em que a sustentabilidade do formato de financiamento foi classificada como “verde”, tem crescido o número de organizações ambientais governamentais e não governamentais e de empresas, como, por exemplo, aquelas do setor de construção civil que aderem a parcerias público-privadas e realizam investimentos em espaços tais como praças e parques. Isso traz benefícios para essas companhias, tanto do ponto de vista reputacional quanto de facilitação da realização de seus trabalhos e projetos na região.

Os autores identificam, dessa forma, um crescente interesse do setor privado associado à natureza. Entretanto, pontuam que preocupações de acessibilidade e equidade devem ser levadas em consideração para evitar o que os pesquisadores chamam de “métodos privativos e discretos de desenvolvimento urbano”, o que provocaria acesso desproporcional ao espaço público.

III. O ACESSO ÀS ÁREAS DE INFRAESTRUTURA VERDE

Pesquisas realizadas em vários países, como Estados Unidos, Espanha e Suécia, têm demonstrado falta de acesso à infraestrutura verde de qualidade em comunidades compostas predominantemente por população negra, asiática, indígena e demais etnias minoritárias⁵.

No Reino Unido, um estudo realizado em 2020⁶ também identificou desigualdades no acesso e uso de espaços verdes. Por exemplo, 71% das crianças de famílias de origem negra, asiática, indígena e demais etnias minoritárias tiveram menor tempo ao ar livre durante as medidas de lockdown advindas da pandemia, em comparação a 57% de crianças brancas. O mesmo levantamento identificou que

⁵ Em inglês, o termo usado é BAME - Black, Asian and Minority Ethnic ou, ainda, BIPOC - Black, Indigenous and People of Color.

⁶ Estudo realizado pela Natural England. The People and Nature Survey for England: Adult Data Y1Q1 (April–June 2020). Disponível em: <https://bit.ly/3wsOrGd>. Acesso em: 02 Abr. 2021.



crianças de famílias de baixa renda têm menos tempo fora de casa do que as demais (respectivamente, 73% e 57%). Além disso, comunidades com população majoritariamente negra têm quatro vezes menos acesso a espaços públicos próximos a suas casas, ou, ainda, jardins e espaços verdes em suas residências.

Além disso, pesquisas revelam que disparidades no acesso a áreas verdes têm sido associadas a problemas físicos, mentais e de saúde a longo prazo. O contexto da pandemia exacerbou os impactos da falta de acesso a esses espaços para determinados grupos da sociedade, levantando questões sobre planejamento urbano no cenário atual e futuro. Para citar um exemplo, na cidade de Londres, áreas mais ricas têm aproximadamente 10% mais espaços públicos, sejam eles áreas verdes ou não, em comparação às mais carentes. Observou-se também, em 2020, um aumento de visitas aos espaços verdes e parques locais por residentes mais jovens e ricos, devido à maior mobilidade e proximidade a espaços de melhor qualidade. Outro exemplo de disparidade também está presente nos relatos de piora da saúde física e mental, aumento de casos de ansiedade, conflito e estresse em famílias de baixa renda.

Um último ponto levantado pelos autores do artigo é o diálogo que deve existir entre as comunidades locais e os tomadores de decisão, para que as necessidades da população sejam consideradas e ajudem a traçar estratégias para implementação e aprimoramento das áreas verdes em seus bairros. Dessa forma, espera-se que isso seja considerado no debate e desenvolvimento desses locais.

IV. A DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS VERDES NOS CENTROS URBANOS

A distribuição da infraestrutura verde nas cidades varia conforme especificidades históricas, densidade demográfica, entre outros fatores. Geralmente, centros urbanos têm significativamente menor proporção de áreas verdes quando comparados a territórios rurais. Entretanto, a literatura acadêmica argumenta que o tamanho desses espaços não necessariamente equivale ao seu valor social. Assim, espaços menores nos bairros têm igual importância a um parque municipal de grande porte em termos de acessibilidade ou funcionalidade.

Entre os diversos tipos e tamanhos de infraestrutura verde é fundamental observar e valorizar a especificidade e a complementariedade dessas áreas, de modo a formar uma rede de espaços que atendam a uma ampla gama de necessidades da sociedade. Diante disso, para os tomadores de decisões, é importante contar com métricas e índices associados ao tamanho, distribuição e distância das



infraestruturas verdes que sejam capazes de auxiliar o planejamento, a definição de estratégias e o direcionamento de investimentos para esses espaços.

No Reino Unido, as Normas de Acessibilidade a Espaços Verdes (em inglês, *Accessible Natural Greenspace Standards - ANGSt*) influenciaram planejadores urbanos a partir da década de 1990. Essa metodologia foi desenvolvida pela organização *English Nature*, responsável pela promoção e conservação da natureza (patrimônio natural e geológico). O ANGSt é baseado em cinco premissas vinculadas à distribuição e acesso das pessoas à infraestrutura verde:

- I. *Nenhuma pessoa deve viver a mais de 300 metros de uma área verde natural de pelo menos 2 hectares;*
- II. *Pelo menos um espaço verde acessível com área de 20 hectares a uma distância de 2 km de casa;*
- III. *Um espaço verde acessível com área de 100 hectares a 5 km de casa;*
- IV. *Um espaço verde acessível com área de 500 hectares a 10 km de casa;*
- V. *Pelo menos 1 hectare de reserva natural para cada 1000 pessoas.*

Outros sistemas de mensuração foram desenvolvidos e aplicados no Reino Unido. Os autores do artigo lembram que cada norma é baseada em critérios e premissas definidas, como, por exemplo, distância, tempo de acesso e área dos espaços verdes urbanos. Como consequência, embora essas metodologias sejam úteis para formuladores de políticas públicas, elas podem não ser apropriadas para atender totalmente as necessidades de uma determinada comunidade. Por isso, é importante ter em mente que uma certa flexibilidade e adequação pode ser necessária, dependendo do contexto em que forem aplicadas.

Quais os principais resultados?

A partir dos quatro tópicos abordados anteriormente com reflexões e análises sobre o valor da infraestrutura verde no cenário da pandemia, exemplos de financiamento dessas áreas, o acesso e a distribuição dessas estruturas no território urbano, os autores do artigo identificaram **cinco recomendações** para que esses espaços passem a ser vistos pelo poder público e desenvolvedores



de projetos como essenciais no contexto do planejamento urbano atual e pós-pandemia.

1ª Recomendação - Legislação

Para garantir a equidade de acesso às infraestruturas verdes, é necessário um arcabouço legislativo nas três esferas de governo (nacional, regional e local), o qual garanta o desenvolvimento dessas estruturas e definições dos responsáveis pelo custo e manutenção desses espaços. O aumento de áreas verdes nos centros urbanos representa benefícios à saúde, adaptações às mudanças climáticas e conservação da biodiversidade.

O emprego de padrões, como as Normas de Acessibilidade a Espaços Verdes (em inglês, *Accessible Natural Greenspace Standards - ANGSt*), pode ajudar os tomadores de decisão a traçar estratégias e definir prioridades para a implementação e a manutenção desses espaços.

2ª Recomendação - Financiamento

O governo nacional deve priorizar o financiamento e suporte financeiro das áreas verdes urbanas por meio de políticas voltadas à saúde, bem-estar, mudanças climáticas e equidade, com o objetivo de estabelecer parcerias de longo prazo e que tenham apoio econômico à agenda ambiental e de saúde pública. A garantia dos investimentos advindos do governo também ajuda a atrair financiamentos, patrocínio corporativo e comunitário para apoiar o desenvolvimento desses espaços.

3ª Recomendação - Equidade de provisão da infraestrutura verde

Políticas públicas devem estar comprometidas com a promoção de infraestrutura verde para comunidades de baixa renda e de minorias étnicas. Essas políticas precisam estar alinhadas no âmbito nacional, regional e local com base nas métricas existentes e tendências demográficas para identificar áreas prioritárias. Os autores lembram ainda que é preciso que essas iniciativas sejam baseadas em uma mudança social de longo prazo. Dessa forma, é preciso garantir transparência e mecanismos atrelados à garantia de entregas e resultados no financiamento.



4ª Recomendação - Estabelecimento de uma economia que valorize a infraestrutura verde

Tomadores de decisão precisam basear-se em evidências associadas às áreas verdes urbanas para defender a priorização desses espaços. Isso está relacionado aos benefícios para a saúde, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos e ganhos econômicos. Inclui também evidências capazes de ilustrar o valor agregado que a infraestrutura verde gera nos investimentos realizados e também a utilização de uma série de técnicas e estratégias de linguagem de política econômica. Entretanto, o artigo reforça que é preciso chamar atenção também para as questões de diversidade e igualdade de acesso a esses espaços.

5ª Recomendação - Planejamento de espaços verdes considerando a participação social

Embora os autores do artigo não tenham aprofundado esse assunto nas análises e reflexões pautadas anteriormente, existe um consenso de que ações lideradas pela comunidade são necessárias para que planejadores urbanos possam desenvolver espaços acessíveis, com significado e funcionalidade para a população local. Essas pessoas conhecem barreiras de uso das áreas verdes e podem ajudar a fornecer soluções inovadoras para formas de financiamento e organização desses espaços. Logo, é importante que ocorra planejamento participativo para garantir resiliência aos projetos a serem implementados.

Por fim, os autores do artigo reforçam que essas cinco recomendações são apontamentos iniciais para uma discussão mais ampla que os gestores municipais enfrentarão na gestão dos impactos advindos da Covid-19. O principal objetivo dessas considerações é apoiar a coleta de evidências dos benefícios advindos da infraestrutura urbana e sua integração com políticas públicas para a promoção de um planejamento urbano mais sustentável do ponto de vista ambiental e financeiro. Nesse debate, aspectos relacionados à equidade, gentrificação e financiamento precisam ser levados em conta.

O momento atual é oportuno para que a infraestrutura verde seja considerada essencial. Isso exigirá lideranças políticas fortes, financiamento sustentável e legislação clara para a promoção de acesso para todos e todas.



Considerações finais

O artigo escolhido para esta edição de **Parques&Sociedade** traz à tona dois assuntos relevantes quando pensamos nos espaços verdes urbanos. O primeiro diz respeito à disponibilidade e acessibilidade desses espaços à população de forma equitativa e equilibrada, direito previsto e garantido a todos os cidadãos. O segundo está relacionado à forma como os territórios urbanos deveriam conectar infraestrutura verde e qualidade de vida das pessoas, o que significa dizer que esse conjunto de estruturas precisaria ser pensado não como acessório e apenas como fator de embelezamento quando na construção das cidades, mas como necessário e essencial à sobrevivência humana nos centros urbanos.

A importância desses dois aspectos tem ganhado maior visibilidade ultimamente, devido ao cenário atual de pandemia, o qual evidencia o fato de que a saúde pública, a natureza e o funcionamento da vida dos centros urbanos estão interligados, e, se equilibrados, podem permitir que as cidades sejam resilientes e sustentáveis.

Por fim, pensando numa agenda de desenvolvimento econômico mais ampla, o momento atual reforça o papel das áreas verdes urbanas e os ganhos que esses espaços podem representar para o meio ambiente, a sociedade e a economia. ▲



Artigo de referência

MELL, I.; WHITTEN, M. Access to Nature in a Post Covid-19 World: Opportunities for Green Infrastructure Financing, Distribution and Equitability in Urban Planning. **International Journal of Environmental Research and Public Health**. Vol. 18. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph18041527>. Acesso em: 19 mar. 2021.



Sobre SEMEIA

O Semeia é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que atua desde 2011 para transformar os parques em motivo de orgulho para as brasileiras e os brasileiros. Nosso trabalho está focado no desenvolvimento de modelos de gestão e projetos que unam governos, sociedade civil e iniciativa privada na conservação ambiental, histórica e arquitetônica de parques públicos. Além disso, acreditamos na transformação dessas áreas verdes em espaços produtivos, geradores de emprego, renda e oportunidades para as comunidades do entorno, aliados à função de serem provedores de lazer, bem-estar e qualidade de vida.

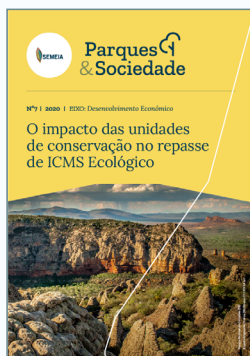
Acesse: www.semeia.org.br e conheça mais sobre o nosso trabalho!

Acompanhe-nos também pelas redes sociais:  

Veja as outras publicações da série:



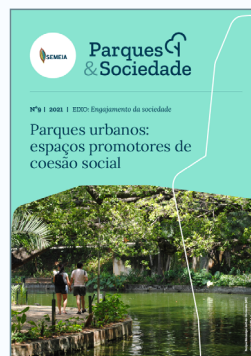
DOWNLOAD



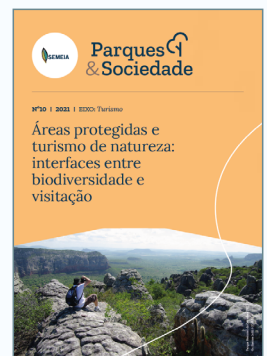
DOWNLOAD



DOWNLOAD



DOWNLOAD



DOWNLOAD

A série completa você encontra

[AQUI](#)

Nº11 | 2021

EIXO
Desenvolvimento Econômico

Parques & Sociedade

REALIZAÇÃO:



APOIO:

Por ordem do



Ministério Federal
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza
e Segurança Nuclear

Por meio da:

giz

Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

da República Federal da Alemanha